

**FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE DEZESSEIS DE
NOVEMBRO- FPSM**

CONJUNTURA ECONÔMICA E FINANCEIRA

02/2026

INTRODUÇÃO

Neste relatório disponibilizamos a conjuntura econômica financeira para a gestão financeira do **RPPS**, com dados relevantes ao mês.

A EMPRESA tem como base o comprometimento, a ética profissional e a transparência na troca de informações com nossos clientes, ou seja, é a prestação de serviços de qualidade com o comprometimento das legislações vigentes.

Nosso trabalho consiste em analisar os produtos que o investidor apresente, nos baseando em um processo eficiente e fundamentado, processo esse que ande junto com os objetivos do investidor. Junto a isto podemos emitir um parecer quanto às características e risco de cada produto.

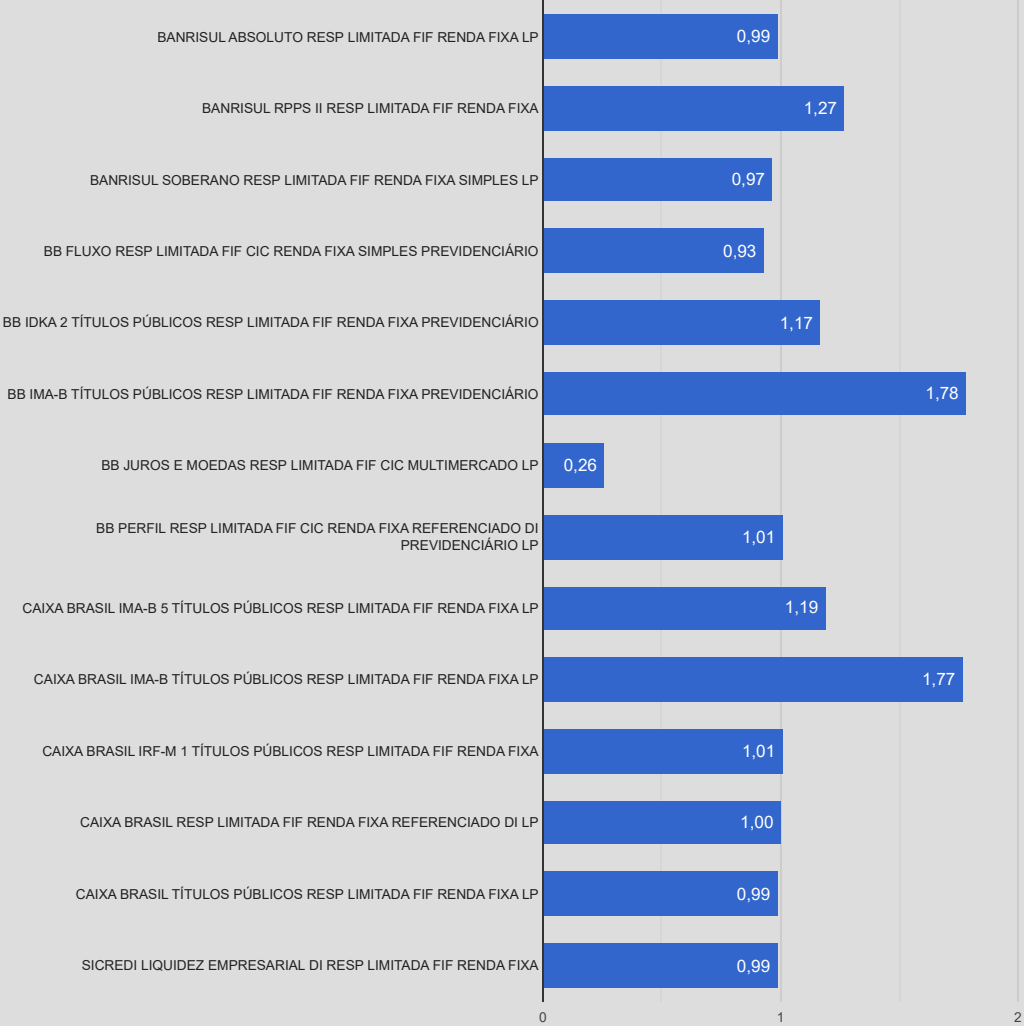
Com isso exposto, demostramos toda nossa transparência quanto às intuições financeiras e produtos por elas distribuídos, não nos permitindo a indicação de instituições financeiras.

Relatório para uso exclusivo do RPPS, não sendo permitida a reprodução ou distribuição por este a qualquer pessoa ou instituição, sem a autorização da EMPRESA. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela EMPRESA, observando-se a data que este relatório se refere.

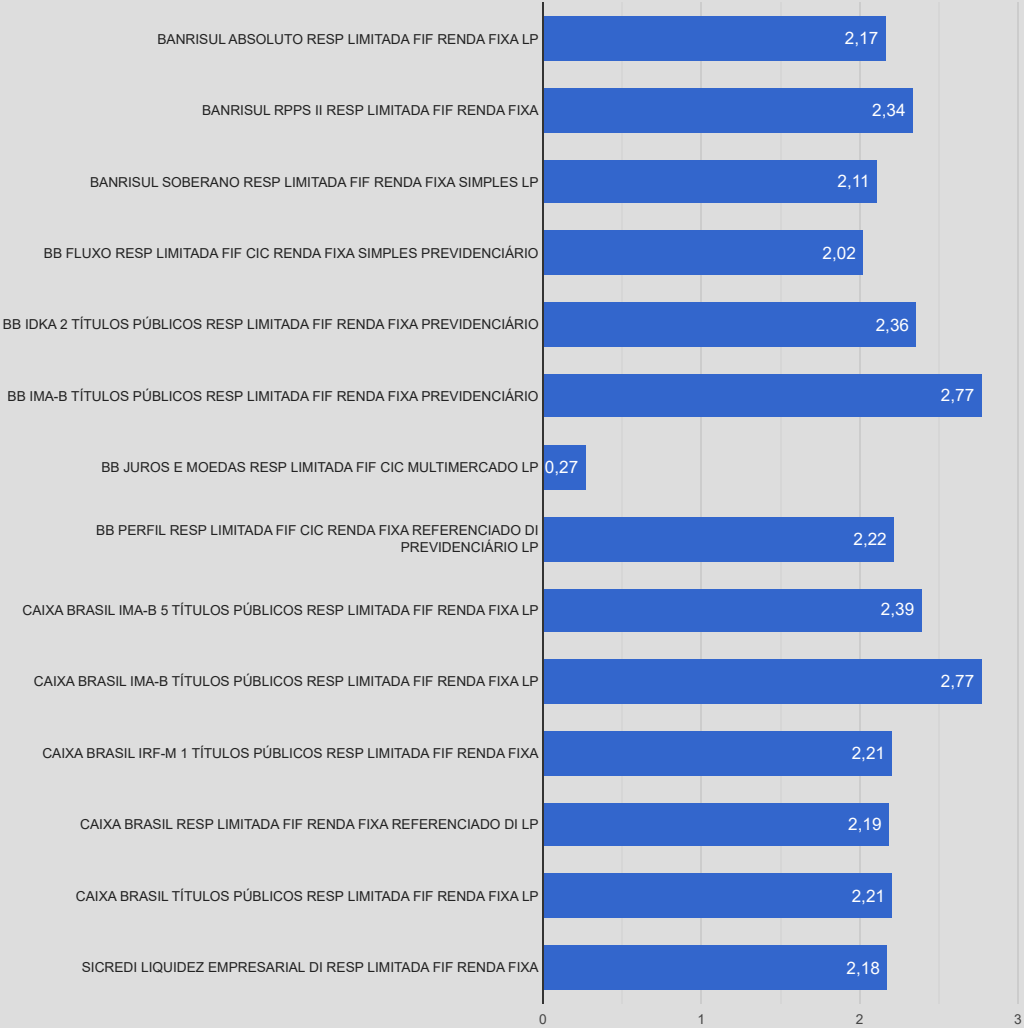
Abaixo apresentamos uma tabela onde informamos a rentabilidade em percentuais do mês, últimos seis meses e do ano. Também esta sendo demonstrado a rentabilidade em reais do mês e do ano. Ambas informações estão sendo utilizado a data-base do mês deste relatório.

RENTABILIDADE					
Fundos de Investimento	02/2026 (%)	Últimos 6 meses (%)	No ano (%)	02/2026 (R\$)	ANO (R\$)
BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	0,99%	7,18%	2,17%	25.036,65	57.804,10
BANRISUL RPPS II RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	1,27%	6,37%	2,34%	5.963,52	10.903,43
BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	0,97%	6,98%	2,11%	2.646,71	4.768,22
BB FLUXO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	0,93%	6,67%	2,02%	0,19	20,59
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,17%	6,22%	2,36%	28.550,64	56.737,79
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,78%	6,58%	2,77%	45,72	70,59
BB JUROS E MOEDAS RESP LIMITADA FIF CIC MULTIMERCADO LP	0,26%	5,37%	0,27%	1.523,18	1.568,85
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	1,01%	7,27%	2,22%	38.626,10	83.968,21
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	1,19%	6,16%	2,39%	4.570,31	9.054,85
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	1,77%	6,60%	2,77%	7.356,18	11.390,63
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	1,01%	7,09%	2,21%	11.150,46	24.106,10
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	1,00%	7,21%	2,19%	42.880,41	92.244,00
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	0,99%	7,16%	2,21%	46.398,40	102.853,53
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	0,99%	7,18%	2,18%	49.008,48	103.149,13
Total:				263.756,94	558.640,02

Rentabilidade da Carteira Mensal - 02/2026



Rentabilidade da Carteira Ano – Ano 2026



Enquadramento 5.272/2025 e suas alterações – Política de Investimento

Enquadramento	Valor Aplicado (R\$)	% Aplicado	% Limite alvo	% Limite Superior	Status
Classe FI 100% TP - Art. 7º, I - Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	17.531.715,99	67,29%	99,50%	100,00%	ENQUADRADO
Classe FI Renda Fixa - Art. 7º, V - Classe FI Renda Fixa - Art. 7º, V	7.931.798,41	30,45%	-	40,00%	ENQUADRADO
Classe FI Multimercado - Art. 10º, I - Classe FI Multimercado - Art. 10º, I	589.185,47	2,26%	-	4,00%	ENQUADRADO
Total:	26.052.699,87	100,00%	99,50%		

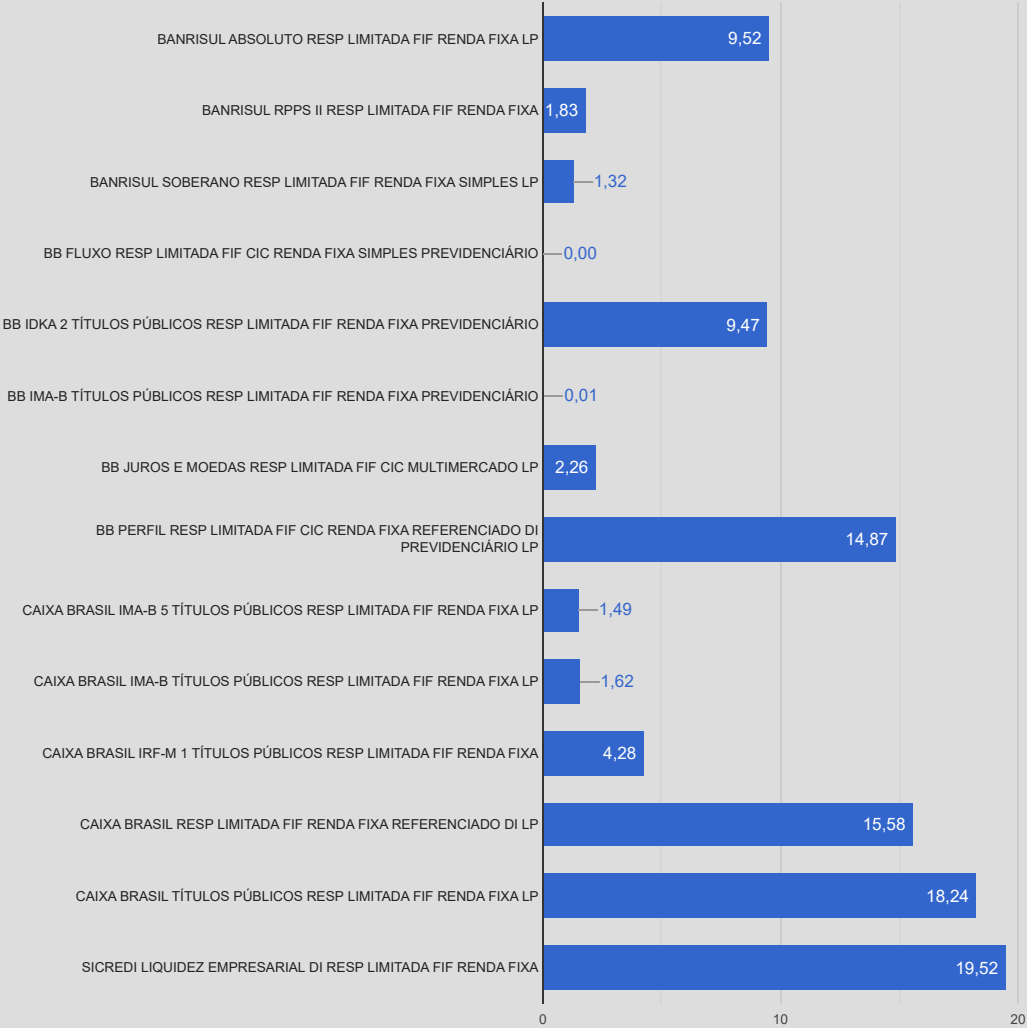
Na tabela abaixo mostramos a composição da carteira por fundo de investimentos do RPPS no mês deste relatório, na sequência uma tabela com a composição dos investimentos por benchmark e um gráfico com a porcentagem investida em cada fundo de investimento.

Composição da Carteira	02/2026	
	RS	%
BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	2.479.226,43	9,52
BANRISUL RPPS II RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	476.994,82	1,83
BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	343.828,84	1,32
BB FLUXO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	20,59	0,00
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.466.677,25	9,47
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.619,65	0,01
BB JUROS E MOEDAS RESP LIMITADA FIF CIC MULTIMERCADO LP	589.185,47	2,26
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	3.872.869,81	14,87
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	387.655,34	1,49
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	422.979,04	1,62
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	1.115.053,58	4,28
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	4.058.908,01	15,58
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	4.751.847,02	18,24
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	5.084.834,04	19,52
Total:	26.052.699,87	100,00

Disponibilidade em conta corrente:	0,00
Montante total - Aplicações + Disponibilidade:	26.052.699,87

Composição por segmento		
Benchmark	%	R\$
CDI	79,04	20.591.534,74
IPCA	1,83	476.994,82
IDKA 2	9,47	2.466.677,25
IMA-B	1,63	425.598,69
IRF-M 1	4,28	1.115.053,58
Multimercado	2,26	589.185,47
IMA-B 5	1,49	387.655,34
Total:	100,00	26.052.699,87

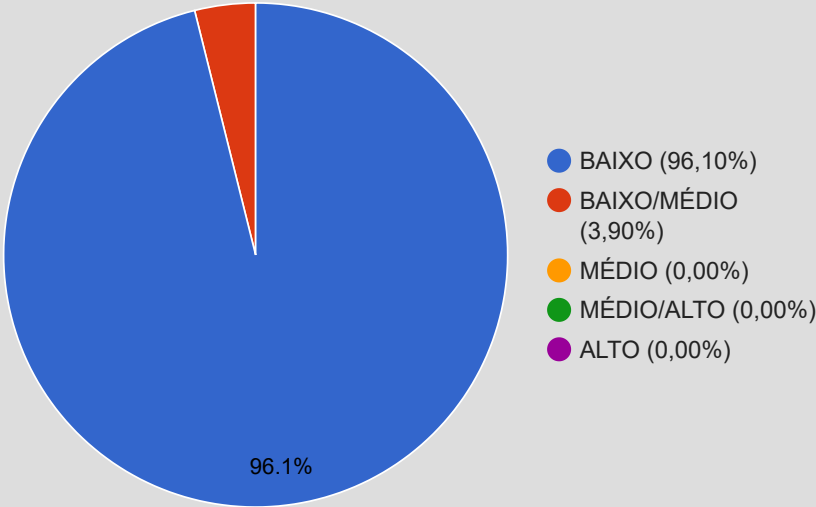
Composição da carteira - 02/2026



Abaixo apresentamos uma tabela onde informamos o risco em percentuais do mês e do ano corrente bem como o valor e percentual alocado em cada fundo de investimento.

Fundos de Investimentos	RISCO		ALOCÇÃO	
	VAR 95% - CDI		R\$	%
	02/2026	Ano		
BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	0,01%	0,01%	2.479.226,43	9,52
BANRISUL RPPS II RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	0,24%	0,29%	476.994,82	1,83
BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	0,01%	0,01%	343.828,84	1,32
BB FLUXO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	0,01%	0,01%	20,59	0,00
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,37%	0,46%	2.466.677,25	9,47
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,35%	1,45%	2.619,65	0,01
BB JUROS E MOEDAS RESP LIMITADA FIF CIC MULTIMERCADO LP	0,77%	1,08%	589.185,47	2,26
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	0,01%	0,02%	3.872.869,81	14,87
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	0,39%	0,47%	387.655,34	1,49
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	1,35%	1,45%	422.979,04	1,62
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	0,07%	0,09%	1.115.053,58	4,28
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	0,02%	0,02%	4.058.908,01	15,58
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	0,04%	0,05%	4.751.847,02	18,24
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	0,01%	0,01%	5.084.834,04	19,52
Total:			26.052.699,87	100,00

% Alocado por Grau de Risco - 02/2026

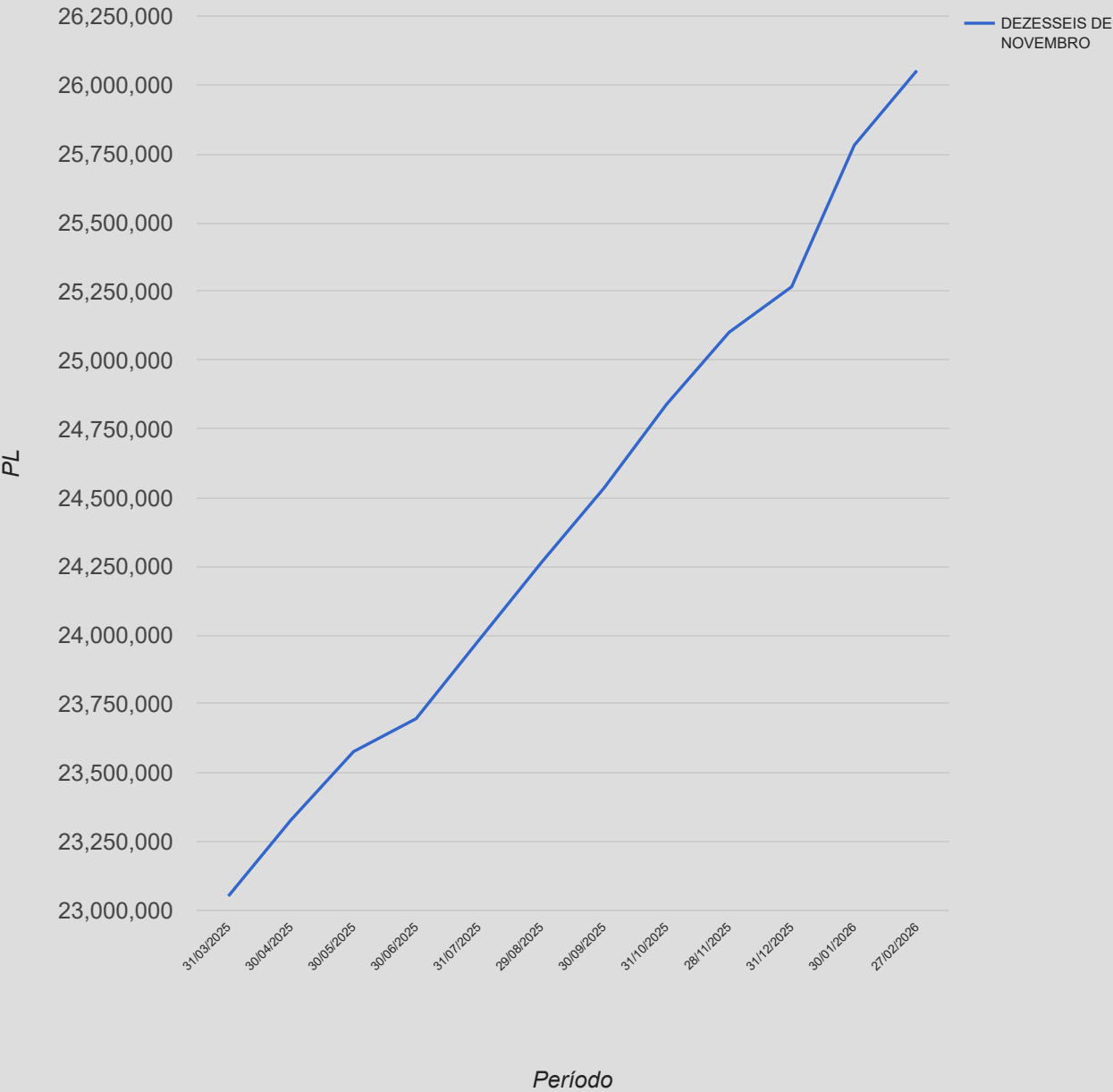


O Gráfico acima se refere a exposição em risco da carteira de investimento do RPPS, ou seja, os percentuais demonstrados mostram o volume alocado em % exposto ao risco de mercado. Saliento que a medida esta sendo levando em consideração o cenário atual e as expectativas.

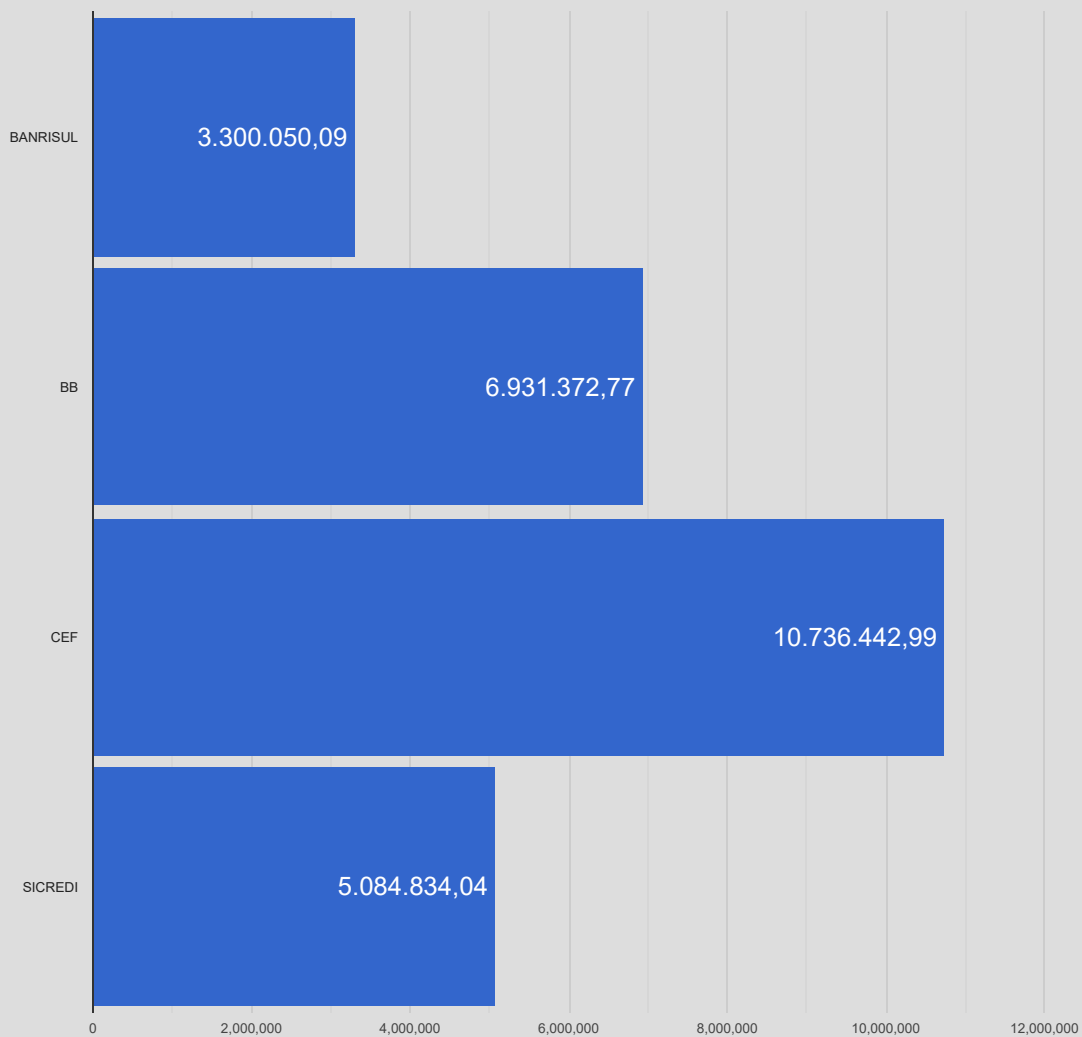
A seguir mostraremos um comparativo em percentuais entre alguns benchmarks selecionados e a rentabilidade acumulada atingida mês a mês pelo RPPS. Na sequência serão demonstrados três gráficos: a) Evolução Patrimonial; b) Percentual alocado por Instituição Financeira e; c) Percentual alocado em Renda Fixa e Variável.

	Benchmarks					DEZESSEIS DE NOVEMBRO
	IMA Geral	IMA B	IRF-M 1	Ibovespa	INPC + 5,63%	
01/2026	1,31%	1,00%	1,20%	12,56%	0,85%	1,16%
02/2026	1,05%	1,65%	0,92%	2,42%	1,02%	1,02%

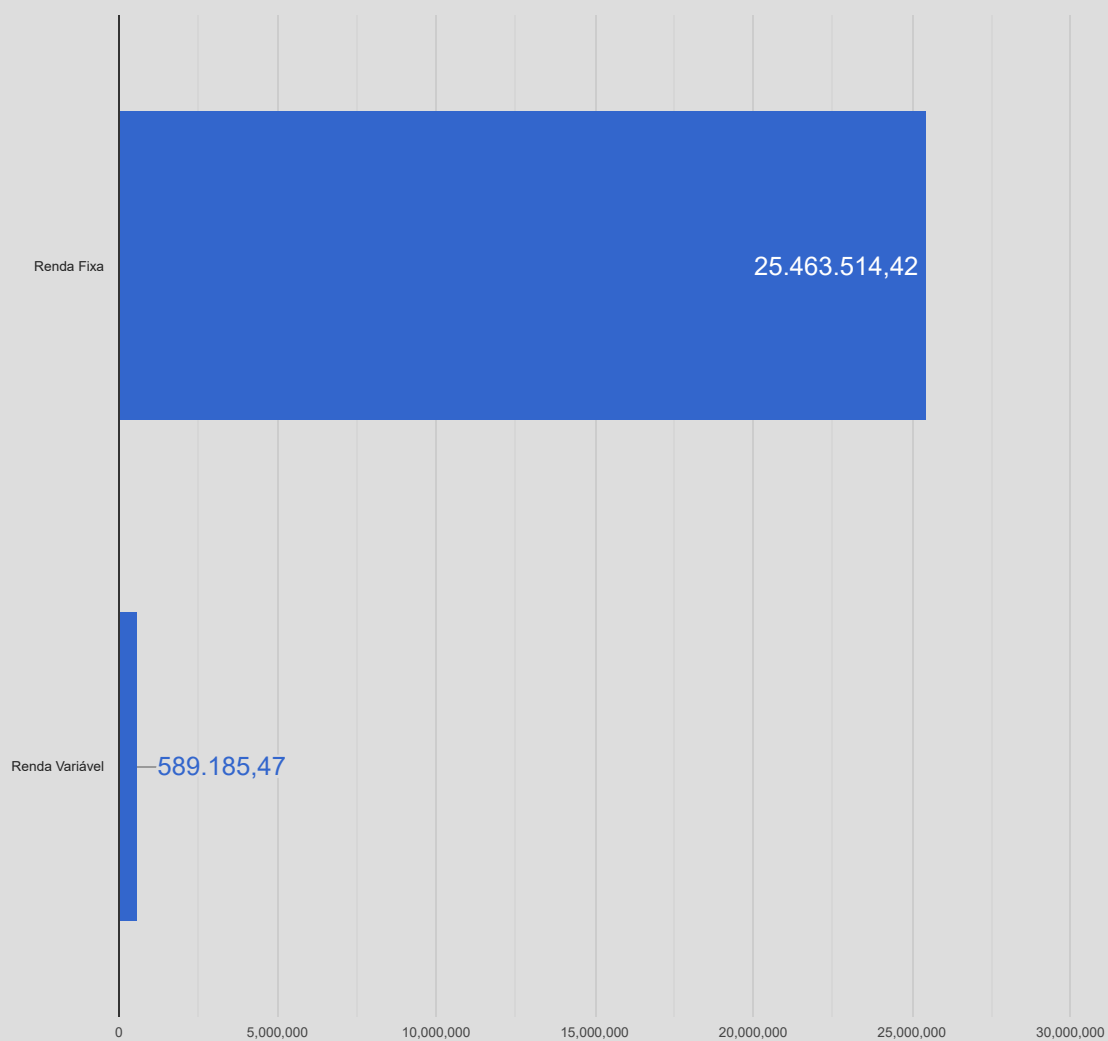
Evolução Patrimonial



R\$ Por instituição Financeira



Renda Fixa x Renda Variável



RESUMO MERCADO X CARTEIRA DE INVESTIMENTO

Fevereiro de 2026 foi marcado por um aumento relevante da incerteza no ambiente global, combinando eventos políticos, decisões institucionais e uma escalada geopolítica, com impactos diretos sobre os preços das commodities e sobre as expectativas de política monetária.

Nos Estados Unidos, a Suprema Corte finalizou o julgamento ligado ao chamado “Liberation Day”, derrubando as tarifas baseadas no “International Emergency Economic Powers Act (IEEPA)”. Em resposta, o governo anunciou a implementação de uma tarifa global temporária de 10%, com sinalização de eventual elevação para 15% por meio de outro mecanismo legal. De forma geral, o episódio reforça a expectativa de que a política comercial norte-americana continuará apresentando viés mais protecionista, gerando ruídos no comércio internacional.

Ainda nos Estados Unidos, a atividade econômica permaneceu sólida, sustentada principalmente pela demanda doméstica e pelo avanço do investimento ligado à inteligência artificial. Em 2025, o PIB americano cresceu 2,2%, após registrar expansão anualizada de 1,4% no quarto trimestre. A demanda doméstica avançou 2,4% no trimestre e 2,7% no acumulado do ano, com destaque para o aumento do investimento privado em infraestrutura tecnológica. Por outro lado, a inflação segue apresentando certa persistência acima da meta, o que limita o espaço para cortes de juros no curto prazo. O núcleo do índice de preços PCE encerrou 2025 com variação de 3,0% ao ano, evidenciando a dificuldade de convergência final para a meta de 2%. Para 2026, estima-se que a inflação média mensal entre janeiro e março fique próxima de 0,35%, equivalente a cerca de 4,2% em termos anualizados, o que reforça a expectativa de que eventuais reduções na taxa de juros ocorram apenas ao longo da segunda metade do ano.

Na Europa, a atividade econômica apresentou sinais de recuperação gradual, apoiada por condições financeiras mais favoráveis e pela implementação inicial de estímulos fiscais, especialmente na Alemanha. A projeção de crescimento do PIB da região para 2026 permanece em torno de 1,2%, em um cenário de demanda doméstica relativamente resiliente, com destaque para o investimento. Do ponto de vista inflacionário, o processo de convergência para a meta de 2% segue em andamento, permitindo ao Banco Central Europeu manter uma postura relativamente estável na condução da política monetária.

Na China, o crescimento continua sustentado principalmente pelo desempenho das exportações, enquanto a demanda doméstica permanece relativamente moderada. As metas de crescimento estabelecidas pelas províncias indicam uma possível meta nacional entre 4,5% e 5,0% para 2026, patamar ligeiramente inferior ao observado em anos anteriores. Mesmo assim, o cenário atual não indica urgência para a implementação de estímulos econômicos de grande magnitude, uma vez que o setor externo tem compensado parte das fragilidades internas. O ambiente financeiro internacional também tem favorecido uma modesta reavaliação dos ativos chineses, com possibilidade de apreciação moderada do yuan para níveis próximos de 6,85 por dólar.

No Brasil, a condução da política monetária permaneceu firmemente orientada à convergência inflacionária. O Banco Central manteve a taxa Selic em patamar significativamente contracionista, ao redor de 15% ao ano, refletindo a avaliação de que as expectativas inflacionárias ainda demandam ancoragem adicional. Embora indicadores recentes apontem desaceleração marginal dos índices cheios, os núcleos de inflação — especialmente em serviços — permanecem resilientes, sustentados por um mercado de trabalho ainda aquecido e por um hiato do produto relativamente estreito.

Em relação à inflação de fevereiro, o IPCA registrou alta de 0,70%, resultado ligeiramente acima das previsões de mercado, enquanto a inflação acumulada em 12 meses atingiu 3,81%, permanecendo dentro do intervalo de tolerância da meta perseguida pelo Banco Central. O principal vetor da inflação no mês foi o grupo Educação, que apresentou aumento de 5,21%, respondendo por aproximadamente 44% da variação mensal do índice. Já o INPC registrou alta de 0,56%, acumulando 0,95% no ano e 3,36% nos últimos 12 meses.

Um dos principais fatores de risco observados ao longo do mês esteve relacionado à escalada do conflito envolvendo o Irã. No final de fevereiro, forças armadas dos Estados Unidos e de Israel realizaram ataques contra alvos iranianos, com o objetivo declarado de neutralizar ameaças relacionadas ao programa nuclear e ao desenvolvimento de mísseis balísticos. Em resposta, o Irã realizou ataques contra alvos militares na região e anunciou o fechamento do Estreito de Ormuz.

O Estreito de Ormuz é uma das principais rotas estratégicas do comércio global de energia, por onde transitam cerca de 20% da produção mundial de petróleo, além de volumes relevantes de outras commodities, como fertilizantes. Como consequência, os mercados reagiram rapidamente, com o preço do petróleo tipo WTI registrando alta próxima de 15%, alcançando o patamar de aproximadamente US\$ 80 por barril.

Caso as restrições ao fluxo de navios na região se prolonguem por um período mais extenso, não se pode descartar um cenário de preços de petróleo acima de US\$ 100 por barril. Por outro lado, caso a normalização das rotas marítimas ocorra nas próximas semanas, o choque pode se revelar temporário, com os preços voltando gradualmente para níveis mais próximos de US\$ 65 por barril ao final do ano.

Além do impacto direto sobre o petróleo, o conflito também pressiona outros mercados de commodities, como fertilizantes e gás natural, importantes para cadeias produtivas globais e para economias importadoras como o Brasil. Diante desse cenário, a reação inicial dos bancos centrais ao redor do mundo tende a ser de maior cautela, especialmente diante da incerteza sobre a duração do choque de preços e seus possíveis impactos sobre a inflação e as condições financeiras globais.

Esse ambiente também tem sido acompanhado por aumento da aversão ao risco nos mercados financeiros, refletido em fortalecimento do dólar frente a diversas moedas e maior volatilidade nos ativos globais.

COMENTÁRIO DO ECONOMISTA:

A confluência de um choque de oferta no Oriente Médio e da incerteza fiscal doméstica exige pragmatismo na gestão de patrimônio. A deterioração da dívida pública impõe um caráter binário aos preços dos ativos após as eleições, pois, sem um ajuste crível, o Brasil entrará em uma crise fiscal. Por isso, a preservação de capital deve guiar a alocação para os próximos meses, com ênfase na instabilidade geopolítica e seus efeitos no mercado.

Na renda fixa, entendemos ser adequada a manutenção de alocação relevante, com prioridade para ativos de curto e médio prazo, especialmente no primeiro semestre. O elevado patamar da Selic segue oferecendo boa relação risco-retorno, ao mesmo tempo em que a postura defensiva contribui para a preservação patrimonial diante de possíveis oscilações do cenário político e fiscal. Para perfis mais conservadores, o foco pode permanecer em ativos de menor volatilidade, como IRF-M1 e fundos referenciados DI. Em relação aos títulos indexados à inflação e prefixados de prazos mais longos, sugerimos exposição moderada e compatível com o perfil de risco, evitando movimentos abruptos de realocação.

Quanto à renda variável, apesar de mantemos visão favorável no médio prazo, com as questões geopolíticas sugerimos manter cautela e analisar muito bem o tipo de produto. Assim a exposição deve ser conduzida de forma seletiva, diversificada e dentro dos limites da Política de Investimentos. Para os RPPS que utilizarem esse segmento, recomenda-se a adoção de gestão ativa como ferramenta de mitigação de riscos e ajuste dinâmico das posições ao longo do ciclo econômico.

Não esquecendo que com a entrada em vigor da nova Resolução CMN nº 5.272/2025 os investimentos estão diretamente atrelados ao nível de governança, sendo assim requisito que deve ser analisado antes de novos investimentos. De forma geral, o momento exige equilíbrio: capturar oportunidades geradas pela transição do ciclo monetário, sem abrir mão da disciplina, da previsibilidade e da adequada gestão de riscos que caracterizam a boa governança dos RPPS.

Benchmark	Composição por segmento	
	RS	%
CDI	20.591.534,74	79,04
IPCA	476.994,82	1,83
IDKA 2	2.466.677,25	9,47
IMA-B	425.598,69	1,63
IRF-M 1	1.115.053,58	4,28
Multimercado	589.185,47	2,26
IMA-B 5	387.655,34	1,49
Total:	26.052.699,87	100,00

Abaixo podemos verificar, referente ao mês de fevereiro, a rentabilidade acumulada em reais e percentual para o exercício. Finalizando o mês conseguimos visualizar uma comparação com a meta da política de investimento para o mesmo período, conforme segue:

MÊS BASE	RENTABILIDADE ACUMULADA		META		% da Meta
	RS	%			
02/2026	R\$ 558.640,02	2,1916%	INPC + 5,63%	1,88 %	116,70%

Referência Gestão e Risco